

Mário Guimarães, o presidente da reinstalação da Justiça Eleitoral Paulista.



Em meados dos anos 1980 o nome de Mário Guimarães foi dado ao Fórum Criminal, antigo Palácio Mauá, e mantido quando da mudança de sede da Justiça Criminal para a Barra Funda em 2000.

Nascido na cidade de São Paulo, em 20 de março de 1889, Mário Guimarães colou grau pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1909. Presidente do Tribunal de Justiça por dois biênios (1944-1947), aceitou o desafio de acumular a Presidência do TRE que então se reinstalava, em 6 de junho de 1945.

Com a hercúlea tarefa de, em exíguos seis meses, comandar o processo eleitoral no Estado mais politizado e populoso do país, Mário Guimarães fez valer sua condição de presidente do TRE para levar a bom termo sua missão, ante a avidez inconfessa de certos setores anti-democráticos que resistiam aos novos ventos e sabiam que, malograda a eleição em São Paulo, o regime

ditatorial poderia ter alguma sobrevida. Outro problema aflitivo ocorreu com as urnas. Até o início de outubro de 1945, o TSE não havia remetido numerário suficiente para a sua aquisição. Com firmeza, o desembargador Mário Guimarães logrou êxito junto a seus pares para que aprovassem a restauração das urnas metálicas usadas nos anos de 1930 e a compra de novas urnas de madeira, sem que o dinheiro para isso estivesse já à disposição. Em 18 de outubro, o TRE comunicou ao TSE o suporte financeiro prestado pela Interventoria Federal e as mais de 3,2 mil urnas para o Estado estavam asseguradas. A despeito de todas as dificuldades operacionais e boatarias que conspiravam contra a democracia, o pleito foi coroado de grande êxito, com a totalização dos resultados do Estado encaminhada ao TSE em fins de dezembro. Em 1951, Mário Guimarães foi guindado ao Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou em 1956. Veio a falecer em setembro de 1976, aos 87 anos de idade.